

DEMOCRACIA, LIBERDADE E IGUALDADE EM TOCQUEVILLE

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo compreender o pensamento político de Alexis de Tocqueville (1805-1859) em relação à temática da democracia, da liberdade e da igualdade, a fim de identificar suas soluções para os “desvios” da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Tocqueville, democracia, “desvios”, França.

INTRODUÇÃO

Alexis de Tocqueville desperta a atenção pois, apesar da linhagem e profissão aristocrática, reconhecia a irreversibilidade das mudanças sociais que culminaram na Revolução Francesa e a impossibilidade da continuação do estilo de vida e da estrutura social aristocrática do antigo regime.

Certamente Tocqueville não era saudosista do regime feudal. Sua análise visava a diagnosticar com precisão os pontos positivos e negativos da nova estrutura social francesa e americana para propor soluções baseadas nas qualidades do antigo regime. Desse modo, não queria uma volta ao passado, mas uma conjugação entre o melhor do passado e do presente.

Salta aos olhos o refinamento analítico do autor ao construir a análise das mudanças e

permanências ao longo do processo histórico, mostrando ao leitor as grandes transformações nas estruturas sociais do período, sempre atento às especificidades de cada sociedade sobre a qual se debruçava, seja a França, a Inglaterra ou a América.

O objetivo deste artigo é compreender o pensamento político de Tocqueville em relação à temática da democracia, da liberdade e da igualdade, a fim de identificar suas soluções para os “desvios” da democracia.

O que o antigo regime poderia ensinar para o nascente sistema democrático do século XIX?

Cabe notar que para Tocqueville, o antigo regime estruturado no sistema feudal estava praticamente condenado a desaparecer já havia algumas décadas antes da revolução de 1789.

A França já não vivia sob o regime feudal, estava em curso o processo de transformação de hábitos e costumes com forte apego ao progresso material, ao dinheiro e ao bem-estar, com mudanças na estrutura agrária e com desenvolvimento industrial e comercial alavancado pelo reinado centralizador de Luís XVI (TOCQUEVILLE, 1982, p. 163-168).

Dessa forma para Tocqueville pode-se dizer que o processo revolucionário de derrubada das instituições feudais iniciou-se décadas antes de 1789 e se estendeu por várias

décadas após essa data. Teria havido apenas a aceleração do processo de mudanças. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 71-72, 163-168).

A revolução teria desencadeado transformações que deixaram para trás as características positivas e negativas do antigo regime, algo ruim para Tocqueville, pois para ele não havia como estabelecer um marco zero na história e iniciar toda uma estrutura social sob bases inteiramente novas (TOCQUEVILLE, 1982, p. 43, 93). Tal tentativa teria como resultado a criação de problemas que poderiam ser superados caso se olhasse para o passado para aprender com ele e não para apenas desprezá-lo.

A revolução teria tido duas fases, a primeira de destruição das instituições da Idade Média e a segunda de retomada de algumas delas, como a centralização administrativa, a justiça administrativa e a estabilidade dos funcionários (TOCQUEVILLE, 1982, p. 44, 77, 89). Mas haveria ainda outra característica mais importante a ser retomada: a liberdade. Para o autor, o modo de vida aristocrático preservava a liberdade de as pessoas serem diferentes, desiguais, de tal modo que havia liberdade de filosofar contra o regime e a igreja sem perigo de coação estatal (TOCQUEVILLE, 1982, p. 143, 145).

Além disso, o antigo regime, através do direito feudal, permitia aos moradores das cidades se envolverem e discutirem os

assuntos políticos, os interesses comuns no século XVI. Desse modo, haveria efetivo interesse das pessoas em zelar pela esfera pública, segundo Tocqueville (1982, p. 111, 116).

A liberdade de ser desigual, como Tocqueville não esconde, implicitamente naturalizava, legitimava os abismos sociais entre as classes, ou os antigos estados: aristocracia, clero e povo. Diferenças mantidas à custa de privilégios faziam com que o povo se sentisse ameaçado em sua fortuna, orgulho e bem-estar por leis do antigo regime (TOCQUEVILLE, 1982, p. 145).

Entretanto, o autor chega a afirmar que a liberdade no antigo regime era maior do que a implantada após a revolução; apesar de aquela ser irregular, com limites de classes e com exceções, não havia servilismo e dependência (TOCQUEVILLE, 1982, p. 128)

A manutenção de caros privilégios, aliada à intensificação das discussões políticas entre homens de letras e multidão, à falta de reformas para dar maior participação política ao terceiro estado, ao ódio entre as classes e ao momento histórico propício, conduziu a França à revolução para abolir os pesados resquícios medievais ainda existentes, como as elevadas taxações sobre os camponeses e a não aplicação da lei a grupos sociais privilegiados (TOCQUEVILLE, 1982, p. 75-76, 117, 150).

Assim, a principal falha das elites do antigo regime foi não terem tido clareza da

necessidade de reformas políticas e sociais para a sua própria sobrevivência, ou seja, não abriram mão de nenhum privilégio para perder todos mais além. Dessa forma, a revolução poderia ter sido evitada, mas foi necessária, porque pacificamente não teria sido possível na França daquele momento histórico (TOCQUEVILLE, 1982, p. 146-147, 156; QUIRINO, 1991, p. 158).

Para melhor compreender por que Tocqueville salienta ser a perda da liberdade o grande perigo do regime democrático, é preciso distinguir dois pontos de sua análise; o primeiro se refere ao tipo de estado que se consolidou na França pós-1789, já o segundo se refere a sua visão de longo termo sobre as consequências sociais produzidas pela democracia.

Quanto ao primeiro ponto, a democracia advinda após a revolução teria herdado a centralização como característica do final do antigo regime. Nesse período, o estado monárquico teria ocupado os espaços deixados na sociedade pela falta de ação política da aristocracia, que teria trocado o poder político pelo brilho das cortes (TOCQUEVILLE, 1982, p. 76). Já o estado democrático instaurado após a revolução teria sido centralizador ao ocupar também espaços políticos vazios, agora deixados pela população.

Assim, o autor ensina que no estado centralizador os grupos sociais nunca devem

deixar de lado a ação política, sob pena de perder sua liberdade de ação para um governo que pode se transformar em despótico. Portanto, “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, frase de Thomas Jefferson que sintetiza o pensamento de Tocqueville em relação à liberdade (QUIRINO, 1998, p. 252-253, 266; QUIRINO, 1991, p. 155).

Quanto ao segundo ponto, das consequências sociais produzidas pela democracia, o autor salienta ter esse regime aspectos positivos e negativos. No que se refere ao aspecto positivo, a democracia conduz a um processo igualitário, irreversível, dissolvidor das diferenças, dos privilégios entre as classes, no qual todos os cidadãos passam a ter oportunidade de participação política e de busca do enriquecimento, do bem-estar e de seus interesses individuais.

A diferença específica entre a democracia e o antigo regime, para Tocqueville, seria a igualdade de condições, possibilitadora da participação política e da ascensão social de todos os cidadãos, enquanto o antigo regime e todas as outras sociedades existentes teriam como fundamento a desigualdade, havendo de antemão o domínio de certa família ou grupo sobre o todo social (MANENT, 1982, p. 25-26).

Como ponto negativo, a luta pela democracia e o próprio funcionamento do sistema levam à supervalorização da igualdade em detrimento da liberdade. Ponto

fundamental salientado pelo autor é que a liberdade não é um dado natural, não é característica intrínseca da democracia, mas é algo a ser constantemente monitorado pela ação política da população (QUIRINO, 1991, p. 155).

O nó da questão está no fato de que a democracia, ao propiciar a igualdade de condições, leva os cidadãos a somente se preocuparem com seus interesses individuais de ascensão econômica, tratando a liberdade da qual dispõem como algo que nunca será atacado por outros cidadãos ou mesmo pelo Estado. Consequentemente, não dão importância à coletividade e, desse modo, seu mundo, seu horizonte se torna apenas sua família nuclear e seu bem-estar pessoal. O grande perigo da democracia estaria, assim, no individualismo exacerbado, como uma porta aberta para o “leviatã hobbesiano” passar e retirar a liberdade da população (QUIRINO, 1991, p. 155-156; VIANNA, 1997, p. 107).

Outro perigo para a liberdade no sistema democrático seria a tirania da maioria. Como todos se tornam iguais, onde estaria o espaço para a diferença, para a diversidade? Nesse ponto, Tocqueville vislumbra os aspectos negativos da sociedade de massa que homogeneiza ao mesmo tempo em que empobrece as opiniões, os gostos e, o pior, as ações políticas. Dessa forma, o povo se tornaria uma massa que poderia ser levada em bloco por uma opinião dominante, como a dos

literatos, um dos estopins da revolução, ao levar para a mente da multidão ideias ilusórias e abstratas, para o autor, sobre a criação de uma sociedade com igualdade natural de condições pela via revolucionária (TOCQUEVILLE, 1982, p. 144, 147-148).

A multidão, como uma massa sem grande potencial de reflexão e com grande potencial de destruição, seria grave ameaça não somente à democracia, mas a toda organização social e à sua liberdade. Cumpre salientar que a imagem da multidão desgovernada passando como um rolo compressor pelas instituições sociais era o grande pavor de conservadores do século XIX, como o próprio Tocqueville (BRESCIANI, 1990, p. 6-14).

O povo que pacientemente suportara por séculos o sistema feudal, ao antever a possibilidade de ter a liberdade para conquistar a igualdade através de uma revolução, se torna inteiramente impaciente com os resquícios do sistema que pesava principalmente sobre seus bolsos (TOCQUEVILLE, 1982, p. 166, 168).

“Liberdade demais pode acabar em tirania”, diz o ponderado Tocqueville. E liberdade demais, com mudanças bruscas, revolucionárias? Sem comentários. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 146-147).

Para o autor, como a população conquistou e utilizou da sua liberdade para criar algo inteiramente novo, ilusório, demolidor das instituições, teria de ser

controlada por um estado forte e centralizador e, portanto, limitador das liberdades e com traços despóticos, como o de Napoleão Bonaparte (Napoleão I – 1804-1815), no pós-Revolução de 1789, e de seu sobrinho Luís Napoleão (Napoleão III – 1852-1870), no pós-Revoluções de 1848. Nas palavras do autor, “(...) a liberdade é (...) o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento sob o único governo de Deus e de suas leis. Quem procura na liberdade outra coisa que ela própria foi feito para a servidão” (TOCQUEVILLE, 1982, p. 145, 155, 159-161).

Aspecto positivo do antigo regime que deveria ter sido preservado, para Tocqueville, seria a instituição da igreja e a religião como fator de coesão e de harmonia social. Os clérigos teriam a função de ser guias da infância e dos costumes sociais (TOCQUEVILLE, 1982, p. 125).

A igreja teria sido tão veementemente atacada pelos revolucionários franceses porque esses a identificavam com o próprio antigo regime e era obstáculo à revolução, ao ser uma instituição conservadora que tinha como pilares a tradição, a supremacia da autoridade superior à razão individual e a hierarquia. Além disso, era na época uma instituição relativamente vulnerável, ao não contar com a proteção real quando atacada pelos literatos (TOCQUEVILLE, 1982, p. 150-151).

Os revolucionários trocaram a fé na igreja pela fé e confiança na razão e na força da coletividade. Teria surgido, assim, uma espécie de nova religião, que tirava as pessoas de seus meros interesses individuais para se lançarem a ações heroicas e abnegadas a favor de um futuro melhor para todos. Futuro que se revelaria mera ilusão, segundo o autor (TOCQUEVILLE, 1982, p. 153).

Dessa forma, após a revolução ter destruído o antigo sistema de poder, após ter condenado a igreja como um dos pilares do antigo regime, expropriando suas terras e denegrindo sua imagem com o ideário da irreligiosidade, teria alcançado apenas o caos social. A França teve, assim, de retomar a religião após a “dura escola” da desordem popular (TOCQUEVILLE, 1982, p.149, 152).

Por que o retorno à sociedade aristocrática francesa era impossível e talvez indesejável? Que fazer?

Alexis de Tocqueville tinha clara noção de que as transformações inseridas na sociedade francesa eram irreversíveis, restando a alternativa de analisar o processo histórico pré e pós-revolucionário como meio de buscar soluções para os problemas nos quais a França vivia e buscar na América algumas lições para aquele país.

A aristocracia francesa, ao se encastelar em privilégios, não havia percebido

que o povo passava a ter novas aspirações e necessidades, clamando por reformas. Por conseguinte, se mostrou incapaz de se adaptar aos novos tempos e de impedir a revolução.

Nesse aspecto, a Inglaterra seria o exemplo de sociedade fundada em bases aristocráticas que conseguiu atualizar-se a tempo de impedir processo revolucionário longo e doloroso como o francês e pôde manter seu prestígio e poder de classe. Certamente a solução das reformas inglesas que levaram a uma transição não revolucionária, embora com inúmeros acontecimentos marcados pela violência, seria para o autor, a saída ideal (TOCQUEVILLE, 1982, p. 145, 147).

Já o estudo feito sobre a América pode ser visto, nesse sentido, como um modo de mostrar à França exemplo de nação onde o sistema democrático funcionava bem, ainda que com certos problemas. Já que o exemplo da Inglaterra não poderia ser seguido, por ser caso singular e pela França já ter passado pela experiência revolucionária, pelo menos se poderia olhar para a América e tentar fazer da democracia francesa um sistema não tirânico (VIANNA, 1997, p. 91-93, 111, 114-115).

Os franceses poderiam, através da América, sentir que a democracia era o sistema propiciador de uma nova era de desenvolvimento e prosperidade, não se devendo mais retornar às estruturas feudais de poder.

A América também era caso singular, ao criar a democracia não a partir de reformas e negociações políticas entre aristocracia e burguesia, como na Inglaterra, mas tomando a ex-metrópole como antiexemplo e sem ter uma classe aristocrática para zelar pela manutenção das liberdades como na Inglaterra (TOCQUEVILLE, 1998, p. 55-56, 270).

Para Tocqueville, a liberdade seria filha da tradição, seja das instituições feudais, como na Inglaterra, seja do republicanismo puritano, como nos EUA. Portanto, nada melhor que a transição reformista para proteger a liberdade e as melhores qualidades da sociedade (VIANNA, 1997, p. 103).

Cada sociedade teria suas especificidades, teria determinado “estado social”, definido como:

(...) produto de um fato, às vezes das leis, quase sempre dessas duas causas reunidas. Porém, uma vez que existe, podemos considerar ele mesmo como a causa primeira da maioria das leis, costumes e idéias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, ele modifica (TOCQUEVILLE, 1998, p. 55).

Assim, o estado social é uma determinada configuração social que dá um determinado corpo à nação. É ainda um dos princípios geradores da democracia, juntamente com a soberania popular, e da opinião pública (MANENT, 1982, p. 20).

Portanto, França, Inglaterra e América teriam suas características particulares,

inteligíveis apenas por meio de ampla análise social, política, econômica e religiosa de cada organismo social. Contudo, tal assertiva não desqualifica o fato de que a França teria muito a aprender, principalmente com o exemplo americano, tanto em seus pontos positivos como nos seus pontos negativos, estes, é óbvio, para ser evitados.

A sociedade americana teria como pontos positivos ter boas liberdades, mantidas através da sua singularidade de possuir a igualdade sem a perda da liberdade (costumes, leis, tradições), pois não teria passado por revolução (VIANNA, 1997, p. 92-93).

Como a América teria conseguido a façanha de construir uma sociedade de base capitalista sem que a conquista da igualdade significasse a perda da liberdade? O cerne da resposta foi anteriormente colocado: a América não passou por processo revolucionário.

Outro ponto a ser salientado é que na América teria se desenvolvido uma cultura política a partir da junção entre o interesse moderno e os valores tradicionais, tornando possível a coexistência pacífica de interesse, igualdade e individualismo, sem deixar de lado os preceitos religiosos. Além disso, haveria a soberania da opinião pública sobre governo, sem a monopolização das decisões em torno de certos grupos sociais privilegiados (VIANNA, 1997, p. 111; TOCQUEVILLE, 1998, p. 296, 338-342; TOCQUEVILLE, 1982, p. 151).

Vale salientar que o poder dominante da opinião pública seria ponto de convergência entre França, Inglaterra e América modernas e uma das principais características do sistema democrático (TOCQUEVILLE, 1998, p. 140).

Cumprido esclarecer o conceito de interesse moderno. Para Tocqueville, a origem da sociedade moderna estaria no interesse do indivíduo em progredir materialmente; este seria o motor dessa organização social. Porém, se levado às últimas consequências, o homem moderno poderia pensar apenas no provimento de suas necessidades, sem se ater para o bem-estar da coletividade e de si próprio. A falta de preocupação com o social certamente abriria caminho para a redução da liberdade dos cidadãos por um governo despótico, como anteriormente mencionado (VIANNA, 1997, p. 96-97).

Desse modo, a modernidade traria orgulhosamente consigo a bandeira da igualdade, mas teria como elo fraco a liberdade, pois o capitalismo teria tendência a conduzir as pessoas para o individualismo exacerbado e para a massificação dos gostos e dos posicionamentos políticos (QUIRINO, 1998, p. 262).

A América, ao preservar os seus valores e tradições, como a religião, teria conseguido barrar a o domínio do interesse individual sobre o coletivo, realizando em seu dia a dia negociações entre as “partes”, de

modo a não haver perda tanto da igualdade como da liberdade.

Já os pontos falhos do sistema americano estariam justamente no perigo de os freios ao individualismo não suportarem a pressão pela busca incansável do bem-estar. O que poderia causar tal dano?

Primeiramente, a avidez pelo lucro, que seria um norte inegável dessa sociedade, ao centrar até mesmo a formação escolar não na busca da erudição, mas no que se define hoje de qualificação profissional (TOCQUEVILLE, 1998, p. 61).

Em segundo lugar estaria a tirania da maioria, fundada no privatismo e na massificação social. O privatismo levaria as pessoas a se interessarem apenas pelos assuntos que lhe afetassem diretamente, e a massificação social seria responsável pela paralisia das ações políticas em busca de soluções para os problemas coletivos e pelo estancamento da própria criatividade de um povo (QUIRINO, 1998, p. 262; QUIRINO, 1991, p. 155-156).

Tais fatores, conjugados ao sistema democrático, resultariam na onipotência de uma opinião pública não sábia e com horizontes limitados, podendo levar a decisões injustas, ainda que estivessem de acordo com opinião pública majoritária. Apenas Deus teria o direito à onipotência, segundo o autor (TOCQUEVILLE, 1998, p. 295).

Nesse aspecto, Tocqueville não abre mão da liberdade individual de se levantar contra injustiças causadas ainda que por uma maioria, pois se tal fato ocorresse, a sociedade estaria sob a tirania de uma maioria. As injustiças seriam causadas pelo desrespeito da maioria ao direito natural e ao direito positivado. Dessa forma, a soberania popular teria de ser limitada pelo estado de direito (TOCQUEVILLE, 1998, p. 294).

Em terceiro lugar, estaria a falta de garantia contra a tirania da maioria na América, dada a força irresistível do privatismo nessa sociedade, mesmo com a importância dada por esse país às tradições e à religião (TOCQUEVILLE, 1998, p. 296). A tirania da maioria seria mesmo o pior inimigo das liberdades democráticas na América.

Tocqueville não era de todo pessimista em relação à França pós-revolucionária, pois nela identificava pontos positivos não existentes no antigo regime, como a igualdade de condições. Tal inovação seria conquistada logo incorporada à sociedade, algo impossível de existir em uma organização social fundada em privilégios de classe, o que tornaria indesejável o retorno às estruturas sociais do passado.

Como conciliar igualdade e liberdade no sistema democrático?

A grande solução dada pela América ao dilema de como manter a igualdade sem a perda da liberdade seria a conciliação do interesse individual com as tradições e costumes sociais, fazer com que o indivíduo agisse não apenas para a melhoria do seu bem-estar, mas também pela preservação e fortalecimento da coletividade.

De que modo evitar o perigo do privatismo?

A sociedade teria que ter a ação política como característica constitutiva de seu caráter para que o privatismo não dissolvesse os laços sociais. Além da valorização das tradições, da religião e da ação política vigilante para a preservação da liberdade na democracia, Tocqueville quer que o seu ator histórico, o cidadão, “eduarque” a democracia. Esse processo histórico é indeterminado, pois pode resultar tanto em sociedade que saiba conciliar liberdade e igualdade como em sociedade onde impere a tirania da maioria. (TOCQUEVILLE, 1982, p. 152; TOCQUEVILLE, 1998, p. 346; QUIRINO, 1998, p. 252-253; VIANNA, 1997, p. 96).

Portanto, educar a democracia significaria que os cidadãos em conjunto realizassem esforço moral, ação política para encaminhar o sistema para a harmonização dos contrários, quais sejam igualdade/liberdade, público/privado, burguês/cidadão, interesse/virtude, útil/honesto. Assim, o autor não crê no progresso inexorável; é preciso lutar

pelo desenvolvimento moral e material da sociedade para evitar regressões políticas e sociais (VIANNA, 1997, p. 93-94).

Para que os cidadãos tivessem condições de corrigir a democracia, não poderiam se prender à satisfação exclusiva de seu próprio bem-estar. Por esse motivo teriam que primeiro “educar”, controlar seus próprios interesses, força motriz da sociedade moderna.

Interesse educado, seria o interesse bem compreendido, ou seja, aquele que internalizasse o respeito ao bem comum, à coletividade e às leis como algo imprescindível para o progresso material e moral de cada cidadão e de toda a coletividade. Dessa forma, o interesse moderno para Tocqueville deveria civilizar a tendência ao privatismo através da preocupação com a esfera pública como interesse também individual (VIANNA, 1997, p. 97).

Na América descrita por Tocqueville, os interesses eram bem compreendidos, de forma geral, mas o interesse equivocadamente compreendido, meramente individualista, estaria sempre pronto para dominar e imperar sobre o corpo social (VIANNA, 1997, p. 116).

A dificuldade estaria justamente em formar esse tipo de cidadão, já que para o autor tal feito não seria conseguido por imposições externas; assim, caberia a uma sutil e artificial indução de certas organizações sociais e à própria vivência democrática a tarefa de despertar as pessoas para o interesse

corretamente compreendido (VIANNA, 1997, p. 99).

Tocqueville identificou a igualdade de condição como característica intrínseca da sociedade moderna, o que, em teoria, daria a todos condição de ascender socialmente e desfrutar boas condições de vida. Contudo, a prática democrática teria conquistado a igualdade política, sem privilégios de nascimento, mas não teria alcançado a igualdade econômica, sem falar da justiça social.

Ao visitar fábricas inglesas, o autor se impressionou ao ver que o capitalismo produzia seu ouro a partir do “esgoto imundo”, da exploração desenfreada da classe trabalhadora. Nesse momento, levanta outra tendência do sistema: quanto mais poderoso e rico mais brutal, selvagem e desumanizador (VIANNA, 1997, p. 116).

Tal tendência seria uma fraqueza, inimiga da harmonia social, pois somente a busca pelo interesse bem compreendido poderia levar os capitalistas a reduzir à completa miséria seus irmãos. Dessa forma, a miséria levaria embora a igualdade e a liberdade de boa parte dos cidadãos (QUIRINO, 1998, p. 250).

Para Tocqueville, seria erro tentar realizar pela violência a igualdade formal da democracia, como se fosse possível forçar uma pessoa a se apaixonar por outra. A igualdade democrática, sendo de tipo formal, carregaria

consigo a tendência a se espalhar gradativamente pela população, ao mesmo tempo em que preservaria suas liberdades, suas diferenças (MANENT, 1982, p. 179).

Portanto, o conservador Tocqueville não era, sem razão, um grande entusiasta dos tempos modernos. Era difícil, porém necessário, ser amigo da democracia, pois esse era caminho sem volta. Entretanto, sabia que para amar a democracia seria preciso amá-la moderadamente, com ressalvas e críticas (MANENT, 1982, p. 177-179).

Por que a religião e o judiciário seriam corretivos aos defeitos da democracia?

A religião seria um dos pilares da coesão e da harmonia social. Os religiosos, como defensores dos valores tradicionais, cumpririam o papel de guiar os indivíduos para a busca de soluções pacíficas para os conflitos sociais, conciliando o passado com o presente (TOCQUEVILLE, 1982, p. 125; TOCQUEVILLE, 1998, p. 342-343).

Além disso, teria preocupação com a esfera pública, com o bem-estar social. Desse modo, levaria em suas mensagens, para os fiéis, o interesse bem compreendido, o que auxiliaria a corrigir o perigo do privatismo na democracia.

Já o sistema jurídico teria a importante função de frear a tirania da maioria por meio das leis, pois caso a opinião pública

demandasse a realização de atos ilegais e mesmo autoritários, seria barrada pela força da sentença judicial, pilar da defesa da liberdade democrática dentro de limites civilizados (TOCQUEVILLE, 1998, p. 309-316, 337).

O judiciário seria, para Tocqueville, uma instituição conservadora com características aristocráticas, pois era formado por corpo de elite intelectual com grande influência política (TOCQUEVILLE, 1998, p. 310). Na América, o sistema jurídico seria sua porção aristocrática responsável por civilizar, moderar a democracia. Dessa maneira, parte da correção do sistema seria feita “pelo alto”, por elite profissional, intelectual.

Qual seria o papel do Estado no sistema democrático?

O papel adequado para o Estado no sistema democrático certamente não era ser centralizador e despótico. O Estado deveria ser descentralizado, de modo que a maioria nacional não exercesse tirania sobre toda a sociedade. Desse modo, o poder local dos governos estaduais e das cidades não deveria ser anulado a favor do governo federal, pelo contrário (TOCQUEVILLE, 1998, p. 307-308).

Outra característica desse Estado estaria na rotatividade das pessoas que exercem o poder, o que lhe traria certa instabilidade, mas não fraqueza, pois a

alternância seria uma garantia contra a tirania e um fortalecedor da opinião pública, já que os governantes teriam de levar em consideração os interesses do povo e o impacto social de suas decisões (TOCQUEVILLE, 1998, p. 304-308).

Além disso, o Estado deveria respeitar as leis e fazer com que fossem corretamente aplicadas, mesmo contra a tirania da opinião pública, através de judiciário independente e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alexis de Tocqueville tem análise complexa sobre o sistema francês pré e pós-revolucionário. O autor buscou na América saídas para o despotismo democrático francês, mas sem grande entusiasmo, pois mesmo nesse país o sistema tinha suas falhas e seus perigos. Portanto, não queria a volta ao passado, mas o melhor do passado combinado com melhor do presente.

O autor é uma pessoa entre dois mundos: o dilacerado sistema feudal de privilégios para a nobreza e o nascente sistema capitalista burguês. Entretanto, não defende com veemência nenhum sistema, mesmo tendo profunda simpatias pelo estilo de vida aristocrático. Seu objetivo era o de compreender o presente que então vivia e identificar suas tendências futuras, positivas e negativas.

Como sua grande paixão desaparecera, a aristocracia, teria de aprender a conviver com a tempestiva e nova democracia; seu perigo de degeneração autoritária, como os que se vivem na atualidade com o avanço do extremismo de direita no mundo e, especificamente, no Brasil, torna ainda mais frágil a democracia, ao limitar as liberdades e aprofundar as desigualdades.

americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

BIBLIOGRAFIA

BRESCIANI, Maria Stella Martins (1990). **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MANENT, Pierre (1982). **Tocqueville et la nature de la démocratie.** France, Julliard, 1982.

QUIRINO, Célia Galvão (1998). “Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal”. In: QUIRINO, C.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. **Clássicos do Pensamento Político.** São Paulo, Edusp, 1998, p. 247-269.

QUIRINO, Célia Galvão (1991). “Tocqueville: sobre a igualdade e a liberdade”. In: WEFFORT, F. (1991). **Clássicos da Política.** São Paulo, Ática, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1982). **O Antigo Regime e a Revolução.** Brasília, UnB, 1982. Tradução Yvonne Jean.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1998). **A democracia na América.** São Paulo, Martins Fontes. Tradução Eduardo Brandão.

VIANNA, Luis Werneck (1997). **A revolução passiva. Iberismo e**